

UNIÃO ESTÁVEL E A LEI MARIA DA PENHA: PROTEÇÃO E MEDIDAS APLICÁVEIS EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

¹Joelson Studart Rocha de Sousa, ²Cid Rodrigues de Sousa
³Ebe Pimentel Gomes Luz

¹Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE.

²Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE.

³Professora, Doutora do Curso de Direito da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE.

RESUMO

A união estável é uma forma de constituição familiar que tem se destacado no Direito Civil brasileiro. Este estudo tem como objetivo analisar a interseção entre a união estável e a Lei Maria da Penha, oficialmente conhecida como a Lei nº 11.340/2006, é uma legislação brasileira que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, buscando compreender as medidas de proteção aplicáveis em casos de violência doméstica nesse contexto. Para atingir este propósito, realizou-se uma pesquisa bibliográfica abrangendo jurisprudências e análises de casos reais. A metodologia incluiu a identificação dos dispositivos legais pertinentes, bem como a interpretação dos tribunais sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em casos de violência ocorridos em uniões estáveis. Os resultados apontam para uma complexidade na aplicação da Lei Maria da Penha em casos de união estável. Enquanto a legislação prevê medidas protetivas para cônjuges e ex-cônjuges, a extensão da proteção para os conviventes em união estável nem sempre é clara. Isso demanda uma análise minuciosa do contexto e da relação entre as partes envolvidas. A discussão sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha em uniões estáveis é relevante no sentido de garantir a proteção e segurança das vítimas de violência doméstica. A falta de clareza na legislação pode gerar lacunas na proteção das pessoas em uniões estáveis, que muitas vezes enfrentam situações de vulnerabilidade semelhantes às vivenciadas em casamentos formais. Diante disso, conclui-se que é essencial promover uma reflexão jurídica sobre a extensão da proteção da Lei Maria da Penha às vítimas de violência em uniões estáveis. A interpretação e aplicação adequada da legislação nesse contexto são fundamentais para assegurar a eficácia das medidas protetivas e a garantia dos direitos das vítimas.

Palavras-chaves: União Estável; Lei Maria da Penha; Violência Doméstica; Medidas Protetivas.